



Quem antecipar a pensão fica proibido de trabalhar para a mesma empresa durante 3 anos

A lei é restritiva para quem quer conciliar, de forma voluntária, a antecipação da pensão com um ordenado. E prejudica a economia

LUÍS REIS RIBEIRO
luis.ribeiro@ionline.pt

Há cada vez mais gente activa à beira da reforma, há cada vez pessoas a pedir pensão antecipada por motivos de velhice, mas os incentivos para continuar a trabalhar, acumulando salário com pensão (penalizada), são muito fracos.

Por exemplo, a lei que emerge da reforma da Segurança Social, em 2007, proíbe que durante três anos os pensionistas voluntários (em regime de antecipação) se mantenham ligados às empresas onde actualmente trabalham, ganhando algum tipo de rendimento. Solução: caso queiram ter uma ocupação remunerada, estas pessoas terão de ir ao mercado de trabalho oferecer os seus préstimos. Ou então, optar por trabalhar na "ilegalidade".

A via legal é mais difícil já que muitas empresas mostram-se pouco interessadas em contratar pessoas de idade mais avançada. Todos estes factores acabam

por prejudicar a criação de riqueza na economia, o aproveitamento das pessoas mais experientes e qualificadas. E contrariam os desejados incentivos ao envelhecimento activo, prejudicando de forma indirecta a Segurança Social pois impedem o prolongamento das carreiras contributivas.

A minimização da corrida às reformas antecipadas surge assim como uma prioridade para prolongar a vida do regime geral da Segurança Social, numa altura em que, segundo o "Jornal de Negócios" de ontem dava conta de uma descida persistente da idade efectiva de reforma: em 2009, os portugueses reformaram-se aos 62,8 anos (média) quando em 2001 o faziam aos 64 anos. Em todo o caso, o regime agora em vigor, decretado pelo anterior governo de Sócrates, ajuda a que outras pessoas, as mais jovens, alcancem os postos de trabalho que ficam vagos com a saída dos mais velhos.

O *i* sabe de vários casos de pessoas que

Futuros pensionistas só a partir dos 67 anos

A idade de reforma em Portugal é 65 anos, mas a aplicação do factor de sustentabilidade fará com que no futuro tenha de se trabalhar mais tempo para receber a reforma por inteiro. Um estudo de Pedro Corte Real, da Universidade Nova, diz que quem se reformar em 2035 com 35 a 39 anos de carreira terá de trabalhar mais 22 meses além dos 65 anos para receber pensão completa. Com 40 anos de descontos, terá de trabalhar mais 14 meses.

têm vontade de meter os papéis para a reforma antes dos 65 anos, sujeitando-se às penalizações previstas na lei, mas que estão interessadas em continuar na empresa onde hoje estão.

"É uma situação que tem vindo a crescer entre os médicos, seguramente", explica Carlos Arroz, do Sindicato Independente dos Médicos. "Existem cerca de 3000 pessoas em regime de prestação de serviço, que terão mais de 50 anos. Muitas gostariam de acumular pensão, mesmo que penalizada, com o exercício da actividade", continua o sindicalista. "É uma pena que a lei seja tão dura e, a meu ver, injusta. No nosso caso, estamos a falar de médicos - recursos altamente qualificados e experientes."

Outro dos casos que o *i* conhece é de um jornalista sénior que deseja continuar ligado ao grupo de media onde hoje trabalha. Para Alfredo Maia, presidente do Sindicato dos Jornalistas, "estamos a falar de um problema que acontece entre jornalistas, mas que deve ser transversal a outros sectores". Nesse sentido, a "lei prejudica o interesse económico pois ajuda a marginalizar as pessoas mais velhas e experientes que desejam manter-se activas, incentiva as relações informais de trabalho e prejudica eventuais prolongamentos das carreiras contributivas".

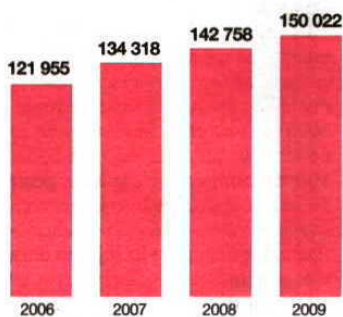
O decreto-lei 187/2007, de 10 de Maio, diz que "é proibida a acumulação de pensão antecipada de velhice, atribuída no âmbito da flexibilização, com rendimentos provenientes de exercício de trabalho ou actividade, a qualquer título, na mesma empresa ou grupo empresarial, por um período de três anos a contar da data de acesso à pensão antecipada".

Esta restrição contrasta com as políti-



D. R.

Pensionistas com reforma antecipada no fim de cada ano



FONTE: MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SEGURANÇA SOCIAL

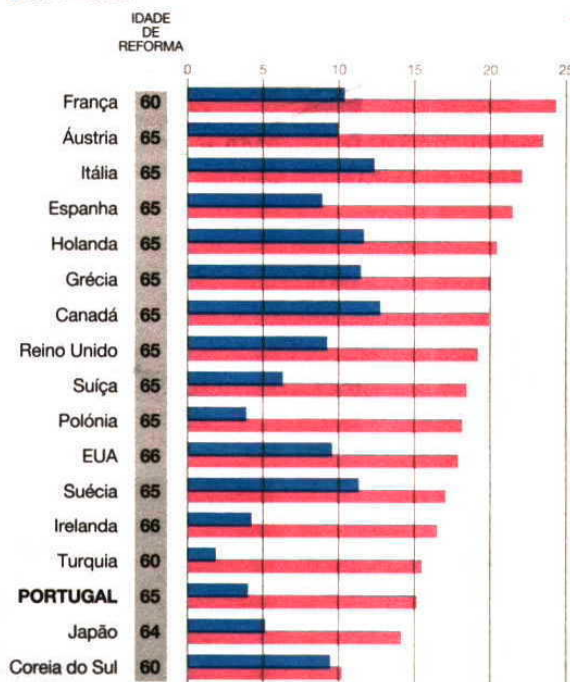
cas públicas de apoio à reconversão, empregabilidade e requalificação dos trabalhadores mais velhos, quer com a corrida às reformas antecipadas, fora e dentro do Estado. O desemprego continua a ser a principal causa (forçando uma situação involuntária de pensão antecipada), mas os outros motivos também têm vindo a contribuir de forma crescente para o fenómeno.

E a pressão é crescente na medida em que há cada vez mais pessoas empregadas à beira da idade legal de reforma (dos 55 aos 64 anos), segundo informa a Comissão Europeia. No final de 2009, havia mais de 150 mil pessoas com reforma antecipada, mais 7200 que em 2008. Para este ano, segundo o "Diário Económico", o governo está à espera de um aumento da despesa com este tipo de pensões na ordem dos 10,4%, para 543,5 milhões de euros.

Vida depois da reforma

Esperança média de vida dos homens, a partir da aposentação

■ 1965/70 ■ 2002/07



FONTE: OCDE/THE ECONOMIST

Os efeitos negativos da subida da idade de reforma

Quebra nas expectativas é o grande problema do aumento da idade da reforma em Portugal

●●● Dados publicados ontem pelo Eurostat, relativos a 2008, mostram que dos europeus entre os 55 e os 64 anos ainda com actividade laboral, mas na recta final para a reforma, os portugueses são quem faz a auto-avaliação mais negativa do seu estado de saúde. Segundo estes dados, de 2008, 17% dos portugueses considerava ter uma saúde má, a percentagem mais alta da Europa. Sem conhecer estes dados, os especialistas contactados pelo *i* são unânimes quanto aos efeitos negativos da subida da idade da reforma, tanto para quem põe fim à vida activa como para as empresas.

"Num país que já tem das pensões mais baixas da Europa e onde as pessoas trabalham e descontam desde muito cedo, aumentar a idade de reforma iria defraudar ainda mais as expectativas", diz Elísio Estanque, director-executivo do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra. A opinião é partilhada por Paulo Pereira de Almeida, professor de sociologia do trabalho no ISCTE e coordenador Observatório Português de Boas Práticas Labo-

rais: "Os trabalhadores deveriam ser livres de optar por prolongar o seu tempo de trabalho."

É na economia que se sentem os maiores impactos sociais. Para estes investigadores, um aumento na idade de reforma poderá ser um entrave à renovação do tecido empresarial e à emergência de novos sectores. "O mercado de bens e serviços para seniores tem um potencial económico considerável e também aqui o aumento da idade da reforma pode impedir uma maior pensão para o consumo", explica Pereira de Almeida. Somam-se problemas como o facto de a maioria das classes médias e baixas ter profissões de grande desgaste. O investigador do ISCTE destaca ainda a recente redução dos apoios sociais das empresas.

Na saúde, a directora do Serviço de Psiquiatria do Hospital de Santa Maria, Luísa Figueira, acredita que para o grupo da população descontente com o seu trabalho, que não podem pedir uma reforma antecipada, prolongar a sua situação pode provocar problemas de adaptação ou desencadear perturbações emocionais. Ainda assim, é uma leitura que tem por base numa incógnita. "Era importante haver um estudo no país que nos dissesse quantas pessoas estão mal no trabalho", defende. *Marta F. Reis*

P&R

Manuel Villaverde Cabral

Investigador do Instituto de Ciências Sociais (ICS)

Lisboa

"O sistema de reformas em Portugal é terrivelmente injusto"



Qual seria o grande impacto de um novo aumento da idade de reforma? O grande impacto directo da idade da reforma é uma questão financeira. O governo nega e das duas uma: ou nega sabendo que vai ter de o fazer, ou então continua a viver numa bolha de ilusões. É obrigatório. Vai acontecer e, de certa maneira, quanto mais rápido melhor. A população portuguesa está a envelhecer e politicamente o governo vai ter fazê-lo, ou então será obrigado pela União Europeia, pelo FMI, seja por quem for.

Com prejuízos sociais? Tem um prejuízo grande para as pessoas que começaram a trabalhar muito cedo, e essas gerações ainda estão aí: continuamos a ter uma idade de entrada na vida activa muito jovem, sobretudo nos homens. Aos 65 anos podem ter 50 anos de trabalho e como normalmente são trabalhos pouco atraentes, penosos e, às vezes, até directamente nocivos para a saúde. É compreensível que anseiem chegar aos 65 anos, e não vão poder ou vão perder. Em princípio é um impacto que irá perder-se. A ser feito não será já para amanhã, mas tem de ser decidido agora.

Não há alternativas? Não há muitas soluções alternativas. O sistema de reformas em Portugal é terrivelmente injusto. Uma posição social perante este problema, e a necessidade de prolongar a idade de reforma em função da própria esperança de vida, seria corrigir as desigualdades internas do sistema de pensões e acabar com determinados abusos de pessoas que têm reformas injustificadas.

© Zoom

O mais importante do dia

Reformas Antecipação ou proibição?

Um debate decisivo para Portugal

PP. 28-29

**Aumentar a idade da reforma
é inevitável mas envolve
perigos. Saiba quais** // PÁGS. 28-29

